

PARTE III

Notas países



ANGOLA

- A economia de Angola cresceu 3.8% em 2015 e o crescimento do PIB vai permanecer moderado, em 3.3% em 2016 e 3.5% em 2017, devido à queda dos preços do petróleo bruto.
- Políticas para acelerar a diversificação económica e fortalecer o desenvolvimento humano e o crescimento equitativo são necessárias para reduzir a vulnerabilidade a choques externos.
- O investimento em infraestruturas económicas e sociais é necessário para reforçar a sustentabilidade do processo de urbanização do país.

A riqueza dos recursos naturais de Angola ajudou a atrair o investimento direto estrangeiro e a garantir um forte crescimento económico ao longo da última década. Mas a economia tem sofrido recentemente um choque estrutural importante devido à queda dos preços do petróleo bruto, e as previsões para os próximos anos continuam muito incertas relativamente à evolução das exportações de petróleo do país e dos preços internacionais das matérias-primas. O crescimento do produto interno bruto (PIB) deverá manter-se moderado, em 3.3% em 2016 e 3.5% em 2017, abaixo dos 3.8% registados em 2015. O crescimento do setor petrolífero será em média de 4%, enquanto se prevê que o setor não petrolífero registre uma pequena melhoria, com um crescimento de 3.4%, impulsionado principalmente por uma forte recuperação na agricultura.

Em janeiro de 2016, o Governo adotou uma estratégia de mitigação da crise do petróleo com vista a encontrar substitutos do petróleo como fontes de receitas. Espera-se que a agricultura desempenhe um papel fundamental para estimular as exportações do país e gerar divisas. A estratégia também prevê investimentos em infraestruturas, a redução gradual das importações, o aprofundamento das reformas do setor financeiro, o desenvolvimento de competências e a melhoria do ambiente de negócios. As principais iniciativas para melhorar a facilidade de fazer negócios implicam reduzir a burocracia e facilitar o crédito. Não obstante estas reformas, o quadro jurídico ainda precisa de ajustes para aliviar o ambiente de negócios. A desigualdade de rendimentos, o desemprego e a pobreza continuam a ser um desafio para Angola. Os desequilíbrios económicos regionais também persistem. São necessários investimentos transformadores para descongestionar as grandes cidades e conectá-las com os principais polos de crescimento económico, particularmente nas zonas rurais.

Embora Angola seja vista como sendo altamente urbanizada, com 62.3% da população a viver em áreas urbanas, o país precisa de ampliar as oportunidades de desenvolvimento humano da população. No âmbito do seu Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, o Governo está a desenvolver uma estratégia de desenvolvimento territorial para criar uma rede de polos de desenvolvimento. O país tem um Programa Nacional de Urbanismo e Habitação, um Plano Metropolitano 2015-2030 para Luanda e vários projetos de urbanização em curso noutras áreas. A migração rural-urbana tem sido um dos principais motores da urbanização, especialmente durante os 27 anos de conflito armado que se seguiram à independência em 1975. O país conta com 18 províncias divididas em municípios, comunas, cidades e aldeias. Dependendo da configuração, o Governo reconhece diferentes critérios de classificação das áreas urbanas. Há uma necessidade de integrar progressivamente a habitação informal no planeamento e gestão das cidades para fortalecer as capacidades institucionais nacionais para a gestão da urbanização e desenvolvimento urbano e rural.

Indicadores macroeconómicos

	2014	2015(e)	2016(p)	2017(p)
Crescimento real do PIB	4.8	3.8	3.3	3.5
Crescimento real do PIB per capita	1.5	0.5	0.1	0.3
Inflação medida pelo IPC	7.3	10.2	14.1	14.8
Saldo orçamental, em % do PIB	-5.6	-4.1	-5.5	-5.6
Conta corrente, em % do PIB	-2.5	-7.2	-5.4	-5.4

Fonte: Dados das Autoridades Nacionais; estimativas (e) e provisões (p) com base em cálculos dos autores.

CABO VERDE

- O crescimento real do PIB de Cabo Verde acelerou para 3.6% em 2015, de 1.8% em 2014 e 0.8% em 2013, devido ao aumento das receitas do turismo, à melhoria da procura interna e à manutenção dos baixos preços da energia. No entanto, a economia ainda apresenta um baixo desempenho devido à deflação e ao elevado desemprego.
- Enquanto os défices em conta corrente e do Governo têm diminuído relativamente aos níveis anteriormente elevados, a consolidação orçamental continua a ser uma prioridade para reduzir o risco de sobre-endividamento, tranquilizar os investidores e salvaguardar a estabilidade macroeconómica.
- Apesar da insularidade de Cabo Verde e da desigual distribuição da população entre as ilhas, a sua renovação urbana pode promover transformações estruturais, proporcionando oportunidades informais e aos microempresários para melhorar e expandir a sua integração no mercado.

A recuperação da economia de Cabo Verde continua débil devido à fraca economia global e à vulnerabilidade interna. O turismo e o investimento estrangeiro ligado ao turismo, incluindo a construção, continuam a ser os principais motores do crescimento. Na verdade, o crescimento económico acelerou para cerca de 3.6% em 2015 (de 1.8% em 2014 e 0.8% em 2013), devido ao retorno do investimento direto estrangeiro (IDE) – que cresceu 13% em 2014 – sobretudo no turismo. No entanto, a atividade económica está ainda aquém do seu potencial. Para além da eficiência do setor público, o crescimento de longo prazo de Cabo Verde depende do aumento da sua produtividade. Em 2016 e 2017, espera-se que o crescimento apresente uma recuperação, alcançando uma taxa média de 4%, abaixo da taxa registada nos anos de boom antes da crise financeira global.

A situação orçamental melhorou ligeiramente em 2015 devido à contenção progressiva do programa de investimentos públicos (PIP), mas permanece vulnerável. O défice global do Orçamento deverá cair em 2015 para 4.5% (de 7.4% em 2014), e novamente em 2016 para 4%. Outro desafio reside em definir as políticas adequadas com vista a responder à exigência de sustentabilidade da dívida e à necessidade de promover o crescimento económico. A dívida pública deverá atingir 118% do PIB em 2015, contra 94.7% em 2013. Embora a dívida pública externa seja alta (76.2% do total da dívida pública em 2015), continua a ser esmagadoramente concessional, e os indicadores do serviço da dívida mostram que o país deve permanecer confortável no cumprimento das suas futuras obrigações da dívida.

A população urbana da Cabo Verde corresponde a cerca de 65% da população do país de 514 000 habitantes. A alta taxa de urbanização deve-se, principalmente, à migração rural-urbana. Embora o aumento da taxa de urbanização seja uma fonte de problemas sociais, também apresenta oportunidades informais e para os microempresários no sentido de melhorar e expandir a sua integração no mercado. Com uma taxa de alfabetização notável, superior a 85%, Cabo Verde possui a base para um crescimento económico impulsionado por uma população urbana robusta, com competências adequadas a um setor privado competitivo. A renovação urbana do país pode, portanto, ser um importante motor de transformação estrutural nos próximos anos.

Indicadores macroeconómicos

	2014	2015(e)	2016(p)	2017(p)
Crescimento real do PIB	1.8	3.6	4.0	4.0
Crescimento real do PIB per capita	0.5	2.4	2.8	2.7
Inflação medida pelo IPC	-0.2	0.0	1.6	2.7
Saldo orçamental, em % do PIB	-7.4	-4.5	-4.0	-3.8
Conta corrente, em % do PIB	-8.0	-9.0	-9.8	-10.4

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões com base em cálculos dos autores (p).

GUINÉ-BISSAU

- Apesar de uma taxa de crescimento prevista de 4.8% para 2015 e das projeções de 5.7% para 2016 e 6.2% para 2017, as perspectivas permanecem frágeis porque estão fortemente dependentes do clima sociopolítico, do desempenho do setor do caju e da continuidade do processo de reformas.
- Verificaram-se progressos notáveis nas reformas graças a uma melhor integração das prioridades de desenvolvimento do país. No entanto, a capacidade do Estado para continuar e reforçar a gestão das finanças públicas será determinante por uma recuperação a médio prazo.
- A cidade de Bissau é o principal polo de atração económica do país. No entanto, na perspectiva de um crescimento inclusivo, as políticas públicas devem dinamizar as cidades secundárias e promover o desenvolvimento económico e social do meio rural.

O regresso à ordem constitucional em 2014 permitiu à Guiné-Bissau melhorar a sua situação socioeconómica e retomar o caminho do crescimento. Após três anos de estagnação, devido ao golpe de Estado de 2012, o país registou uma significativa taxa de crescimento, de 4.8% em 2015. A taxa de crescimento situou-se apenas nos 0.9% em 2013 e nos 2.7% em 2014. A recuperação económica foi impulsionada pela boa comercialização da castanha de caju e por uma colheita agrícola de bens alimentares em claro crescimento, mas também pela crescente confiança do setor privado, pelas reformas do setor público (incluindo o saneamento das finanças públicas) e pelo retorno dos doadores de fundos, como demonstrado pelo sucesso da Mesa Redonda de parceiros realizada em Bruxelas, em março de 2015. No entanto, 2015 também registou sobressaltos políticos que podem minar o crescimento projetado e a viabilidade das reformas em curso. A situação política e os riscos climáticos que podem pesar sobre o setor primário, constituem os principais riscos para o crescimento a curto prazo. Partindo do princípio que as tensões políticas atuais se resolverão, que se registará uma pluviosidade semelhante à registada em 2015 e que as reformas em curso se manterão, o crescimento estimado é de 5.7% em 2016 e de 6.2% em 2017.

Em comparação com os anos anteriores, 2015 foi marcado por um aumento significativo das receitas e das despesas. Durante o período de transição, a gestão das finanças públicas deteriorou-se significativamente. Com a criação de comités de tesouraria e o reforço de certos postos nas alfândegas, as autoridades puderam, ao longo de 2015, melhorar tanto a gestão como a administração fiscal. Embora os grandes projetos sejam ainda necessários para manter os progressos realizados desde o fim do período de transição, estas melhorias permitiram um melhor funcionamento do Estado (salários pagos a tempo, pagamento de salários em atraso, etc.). Assim, a taxa de pressão fiscal passou de 8.7% em 2014 para 10.5% em 2015. Quanto ao saldo orçamental global, em 2015, situa-se em -2.2% do Produto Interno Bruto (PIB). O saldo primário é 1.6%. Em 2015, prevê-se que a inflação, avaliada pelo índice harmonizado de preços no consumidor (IHPC) se situe em 1.5%, em resultado de uma recuperação da procura.

A situação social e o desenvolvimento humano pouco melhoraram relativamente a 2014. Ainda que a consolidação das finanças públicas e o apoio dos parceiros técnicos e financeiros tenham permitido uma melhor gestão dos setores da educação e da saúde, a situação geral continua a ser preocupante. O país tem um dos indicadores mais baixos de desenvolvimento humano (IDH) e os dados de uma recente pesquisa com recurso a vários inquéritos agregados de indicadores múltiplos (MICS IV) evidenciam carências significativas em termos de desenvolvimento humano. Estas insuficiências são ainda mais acentuadas para as mulheres e para as populações rurais.

Indicadores macroeconómicos

	2014	2015(e)	2016(p)	2017(p)
Crescimento real do PIB	2.7	4.8	5.7	6.2
Crescimento real do PIB per capita	0.2	2.4	3.4	3.8
Inflação medida pelo IPC	1.9	1.5	2.1	1.8
Saldo orçamental, em % do PIB	-2.1	-2.2	-2.7	-3.1
Conta corrente, em % do PIB	-1.3	1.5	-2.4	-2.6

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

MOÇAMBIQUE

- O crescimento do PIB de Moçambique em 2015 desacelerou para 6.3% devido às menores receitas das exportações e despesa pública, mas deverá expandir-se para 6.5% em 2017.
- No meio das tensões políticas governo-oposição, são necessárias melhorias na gestão financeira e nas despesas públicas para combater as crescentes desigualdades.
- O número de moçambicanos nas cidades aumentará de 31% para 40% em 2040 o que exigirá melhores transportes e instalações.

Após uma década de crescimento económico médio anual acima de 7%, Moçambique registou uma desaceleração para 6.3% em 2015, ao mesmo tempo que o país enfrenta desafios económicos e políticos. O crescimento mais lento do Produto Interno Bruto (PIB) deveu-se a um volume de exportações menor do que o previsto e à diminuição da despesa pública e do investimento direto estrangeiro. A redução do influxo de divisas causou uma apreciável desvalorização do metical (MZN) face ao dólar pressionando a balança de pagamentos. Esta situação só foi interrompida na sequência de um acordo de linha de crédito *Stand-by* com o Fundo Monetário Internacional em dezembro de 2015, no montante de 282.9 milhões de USD. O défice orçamental diminuiu de 6.6% em 2014, para 5.4% em 2015. O principal desafio de curto prazo reside na recuperação de um crescimento dinâmico que assegure simultaneamente a sustentabilidade orçamental e da dívida. O crescimento previsto do PIB de 6.5% em 2016 e de 7.6% em 2017 depende da antecipação dos projetos de produção de gás e de carvão, bem como da atração de investimento estrangeiro.

O Governo do Presidente Filipe Nyusi enfrenta muitos desafios. As negociações entre as autoridades e os operadores de gás natural liquefeito (GNL) para novos projetos têm demorado mais tempo do que o esperado. Isto retardou a tomada final de decisões em relação a tais negociações, a qual espera-se que ocorra até final de 2016. A baixa dos preços do petróleo e do gás são outro constrangimento para o desenvolvimento dos projetos. A situação política permanece incerta com o renovado conflito latente entre o Governo e o partido da oposição RENAMO, que se recusa a reconhecer o resultado das eleições presidenciais de 2014. O Governo está a lutar para reembolsar as obrigações emitidas pela Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM), que é uma empresa pública, o que vai exigir algum tipo de reestruturação. Finalmente, a desvalorização da moeda deverá provocar um pico inflacionário afetando as condições de vida da população em geral.

Dados disponíveis revelam o aumento das despesas das famílias desde 2009, mas o *ranking* de Moçambique caiu no Índice de Desenvolvimento Humano do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas de 2015. Este índice evidencia o aumento das disparidades entre as regiões e salienta o subdesenvolvimento das áreas rurais.

A população urbana está a crescer fortemente, mas ainda representa menos de um terço da população total. O crescimento da população rural em termos absolutos é maior. O desemprego urbano é superior ao registado nas áreas rurais e uma grande parte da população da cidade está abaixo do seu potencial económico. Em geral, as políticas públicas consideram a urbanização como um desafio, ao invés de uma oportunidade, com foco no desenvolvimento rural. Por outro lado, cada vez mais está a ser dada atenção à urbanização estruturada. Os primeiros novos desenvolvimentos da cidade pós-independência estão a ser concebidos e implementados.

Indicadores macroeconómicos

	2014	2015(e)	2016(p)	2017(p)
Crescimento real do PIB	7.2	6.3	6.5	7.5
Crescimento real do PIB per capita	4.4	3.5	3.7	4.7
Inflação medida pelo IPC	2.3	2.0	5.7	5.2
Saldo orçamental, em % do PIB	-6.6	-5.4	-3.7	-2.4
Conta corrente, em % do PIB	-41.6	-44.0	-46.1	-47.9

Fonte: Baseado em dados do Instituto Nacional de Estatística; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

- A economia de São Tomé e Príncipe cresceu 4% em 2015, abaixo dos 4.5% registados em 2014, mas prevê-se que recupere para 5% nos próximos dois anos.
- São Tomé e Príncipe apresentou o melhor desempenho da África Central para a governação global, no Índice Ibrahim 2015, com melhorias fundamentais nas oportunidades económicas, direitos humanos e Estado de Direito.
- O movimento do campo para a cidade tornou imperativa uma estratégia nacional de urbanização, na ausência de qualquer planeamento nacional.

A economia de São Tomé e Príncipe cresceu 4% em 2015, abaixo dos 4.5% registados em 2014. A aprovação tardia do Orçamento de Estado para 2015, de que resultou o não-desembolso dos donativos para projetos de investimento e apoio ao orçamento, foi a principal causa da queda registada. A economia deverá recuperar, com uma estimativa de crescimento de 5% e 5.4% para 2016 e 2017, respetivamente. O aumento do investimento direto estrangeiro na construção, agricultura e turismo deve impulsionar o crescimento. A agricultura, a construção, o investimento direto estrangeiro, os novos projetos financiados por doadores e o turismo vão liderar o crescimento económico futuro. A inflação cairá de 5.3% em 2015, para cerca de 4% em 2016 e 2017, apoiada no regime de câmbio fixo. As reformas estruturais para o crescimento económico sustentável e a criação de emprego são fundamentais na agenda de reformas económicas do Governo. Tais reformas incluem a melhoria do registo dos contribuintes e o alargamento da base tributária através do registo de novos contribuintes. O Governo também reviu o código de investimentos, definiu estratégias para o desenvolvimento do setor financeiro e do setor privado e está a implementar um mecanismo de ajustamento automático de preços para os produtos petrolíferos. A efetiva aplicação das reformas e estratégias irá melhorar a eficiência da administração pública e dos serviços sociais à população.

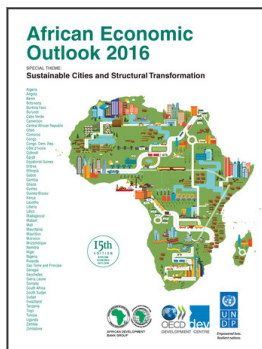
A credibilidade, responsabilidade e transparência do sistema de administração financeira SAFE mantêm-se como aspetos críticos para o Governo. O sistema foi iniciado como um projeto piloto em quatro ministérios, que foram objeto de descentralização e foram usados para preparar os orçamentos de 2010, 2011 e 2012. O Governo também está a ultimar a criação de um departamento de controlo financeiro eletrónico no sentido de contribuir para a apresentação de reportes relativos às contas financeiras.

A capital do país, São Tomé, é o único aglomerado urbano. Em 2015, os seus 131 000 habitantes representavam 68% do total da população. A cidade e arredores, estão sujeitos a um aumento da urbanização. A ilha do Príncipe (7 450 habitantes em 2015) não possui nenhuma aglomeração urbana. Embora a migração para as cidades pareça estar a diminuir, estima-se uma taxa média de crescimento anual de urbanização na ordem dos 1.87%, para o período 2013-18.

Indicadores macroeconómicos

	2014	2015(e)	2016(p)	2017(p)
Crescimento real do PIB	4.5	5.3	5.0	5.4
Crescimento real do PIB per capita	2.3	3.1	2.9	3.3
Inflação medida pelo IPC	6.7	5.3	4.6	4.7
Saldo orçamental, em % do PIB	-5.5	-6.1	-3.9	-4.0
Conta corrente, em % do PIB	-24.2	-14.0	-13.8	-13.5

Fonte: Dados das autoridades nacionais; estimativas (e) e previsões (p) com base em cálculos dos autores.



From:
African Economic Outlook 2016
Sustainable Cities and Structural Transformation

Access the complete publication at:
<https://doi.org/10.1787/aeo-2016-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2016), "Notas países", in *African Economic Outlook 2016: Sustainable Cities and Structural Transformation*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264248649-14-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.